



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

ESCOLA INCLUSIVA: UMA ESCOLA, UMA REALIDADE.

Vanessa Soares Maciel Carvalhais

Divinolândia de Minas, MG, Brasil

2010

ESCOLA INCLUSIVA: UMA ESCOLA, UMA REALIDADE.

por

Vanessa Soares Maciel Carvalhais

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Divinolândia de Minas, MG, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

ESCOLA INCLUSIVA: UMA ESCOLA, UMA REALIDADE.

elaborado por

Vanessa Soares Maciel Carvalhais

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Ms. Cleidi Lovatto Pires
(Presidente-orientador)

Biviane Moro de Oliveira
(Parecerista)

Giovana Medianeira Fracari Hautrive
(Parecerista)

Divinolândia de Minas, MG, Brasil

2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

ESCOLA INCLUSIVA: UMA ESCOLA, UMA REALIDADE.

AUTOR: Vanessa Soares Maciel
ORIENTADORA: Professora Cleidi Lovatto Pires

CARVALHAIS, Vanessa Soares Maciel. Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdo. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

Esse trabalho monográfico tem como objetivo verificar como é o processo educacional dos alunos com deficiência em escola regular do município de Divinolândia de Minas. O trabalho objetiva investigar e discutir se num contexto da educação inclusiva, se os alunos têm suas especificidades atendidas. Com base na referências para a perspectiva inclusiva e levantamento bibliográfico sobre a temática, a pesquisa foi implementada por meio de entrevista e observação que abarcou a escola, funcionários e pais. Inicia-se relatando o ensino na educação especial percorrendo um breve caminho até os dias atuais em que se promove o ensino na perspectiva da educação inclusiva. Busca-se como se dá o processo de ensino e aprendizagem de alunos incluídos nessa escola, suas dificuldades, o respeito à diferença, promovendo a oportunidade aos participantes de uma reflexão sobre a necessidade de garantir aos alunos com alguma deficiência uma educação de qualidade e com eficácia.

Palavras-chave: Educação - Aprendizagem - Deficiência - Inclusão.

ABSTRAT

CARVALHAIS, Vanessa Soares Maciel. Specialization Course in Special Education - Cognitive Impairment and Deaf Education. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil.

This monograph aims to determine how the educational process of students with disabilities in regular schools in the city of Minas Divinolândia. The work aims to investigate and discuss in a context of inclusive education, whether students have met their specificities. Based on references to the literature and inclusive perspective on the subject, the survey was implemented through interviews and observation which covered the school, staff and parents. It begins by reporting on special education teaching walking a short way until today it promotes education in the perspective of inclusive education. Search is how is the teaching and learning of students enrolled at the school, their difficulties, respect for difference, promoting the opportunity for participants to reflect on the need to provide students with a disability a quality education and effectiveness.

Keywords: Education - Learning - Disabilities - Inclusion.

"Deficiente"

É aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco"

É quem não procura ser feliz.

"Cego"

É aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.

"Surdo"

É aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão.

"Mudo"

É aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico"

É quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético"

É quem não consegue ser doce.

"Anão"

É quem não sabe deixar o amor crescer.

E "Miserável"

Somos todos que não conseguimos falar com Deus.

“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

“Senhor: Obrigada por tudo dar certo”!

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 8 |
| 2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO | 11 |
| 2.1 – Sujeitos da pesquisa..... | 11 |
| 2.2 – A escola..... | 12 |
| 2.3 - O instrumento de pesquisa..... | 12 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | |
| 3.1 - Educação Especial: diferença humana..... | 13 |
| 3.2- Marcos históricos da educação especial..... | 13 |
| 3.3- Considerações acerca da inclusão escolar..... | 18 |
| 3. 4- A Formação dos professores e a ação pedagógica..... | 20 |
| 3.5 - O auxílio da tecnologia na educação especial..... | 25 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 28 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 30 |
| 6. SITES RELACIONADOS..... | 32 |
| 7. ANEXOS | |
| Anexo A..... | 33 |
| Anexo B..... | 34 |
| Anexo C | 35 |

1. APRESENTAÇÃO

À educação escolar é conferido um valor que vem desde os tempos antigos. Considerada e reconhecida sua importância diante a sociedade, é um bem social indispensável não apenas para a participação política, mas tornou-se importante para o trabalho, sendo sua oferta um dever do estado e direito de todo cidadão.

Na educação, segue o modelo que tem como exemplo um padrão de normalidade ao se estabelecer um desenvolvimento escolar quanto à estrutura, funcionamento e a um perfil de aluno que aprende normalmente. A não adaptação do educando a estes modelos o desqualificariam da escola regular, caso dos alunos com alguma deficiência, principalmente a mental/intelectual, ou sob esta suspeita. Assim, a educação atualmente tenta romper este paradigma, evitando práticas discriminatórias e criando alternativas para superá-las. Os sistemas escolares precisam assumir uma posição contrária à perspectiva da identidade “normal”, promovendo uma educação de pedagogia flexível e acessível para todos.

No final do século XX, inicia-se um movimento que visa a valorização das pessoas com necessidades especiais e a sua integração no meio social. Este movimento culmina hoje com uma nova mudança nos paradigmas educacionais, fazendo surgir, assim, o paradigma da Inclusão que propõe a garantia de uma aprendizagem coletiva, com respeito as diversidades humanas e aceitação as diferenças individuais.

O termo inclusão foi oficializado na Conferência Mundial da UNESCO em 1994, na Espanha, que tratou sobre Necessidades Especiais. Dessa conferência mundial resultou a Declaração de Salamanca, um documento que definiu os princípios, a política e prática da educação para as pessoas com “necessidades especiais”. Reforçando as metas do Congresso da Tailândia, a Conferência assume o compromisso com a inclusão, por reconhecer que “Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos”. (BRASIL, 1994a).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o movimento pela educação inclusiva, é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

(REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun., 2008 p.9). Com ênfase neste documento que produzo meu trabalho de acordo com os princípios norteadores da Educação Inclusiva, bem com outros documentos que validam por uma inclusão eficaz.

A partir deste breve intróito e com a intenção de situar o leitor deste artigo faz-se necessário destacar os motivos pelos quais escrevo este ensaio. Texto que se originou por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva e teve como objetivo verificar como é o processo educacional de alguns alunos com deficiência incluídos em uma escola regular de ensino. A pesquisa foi realizada em uma escola pública da cidade de Divinolândia de Minas, onde juntamente com pais, equipe escolar e alunos, objetivei investigar se neste contexto da educação inclusiva, esses alunos tem suas especificidades atendidas. Pretende-se assim, investigar e discutir questões da educação inclusiva na escola, como os alunos com deficiência, motoras, auditivas e dificuldades de aprendizagem freqüentam a escola pesquisada e como se dá o atendimento em aprendizagem para tais deficiências.

A motivação por este trabalho deu-se porque diariamente vejo familiares que trazem seus filhos à instituição pública e sempre se queixam da não-aprendizagem ou dificuldades enfrentadas por seu filho quanto ao acesso e a falta de equipamentos na escola. Procurei, portanto, informações sobre como a escola trabalha a dificuldade de aprender ou produzir dos alunos, se a escola oferece condições para viver e conviver com as diferenças no ambiente escolar.

Para alcançar respostas e orientações sobre o assunto que atualmente está em destaque no cenário brasileiro por se tratar de uma tarefa complexa, mas necessária, o ato de pesquisar sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva foi de fundamental importância para compreender sua evolução, conceituação, procedimentos e atitudes.

Nesta pesquisa, a disseminação do modelo de Educação Inclusiva, nomeada como inclusão de alunos com deficiência na escola regular, origina novos desafios para a formação de equipe pedagógica, mobilização de pais e comunidade já não se trata de formar alunos para a sociedade. Para isto, é necessário um novo olhar sobre os saberes, as competências e as atitudes que são necessárias para se trabalhar com classes inclusivas. Realça-se, ainda, a importância das estratégias de informação como inseparáveis do processo de formação: a inovação e a valorização da diferença são partes essenciais da formação de professores como propõe a

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de Janeiro, 2008.

Com este trabalho procuro também apresentar resumidamente sobre os marcos históricos da educação especial no Brasil. Expor os princípios e referenciais que organizam a proposta de educação inclusiva. Dando seqüência escrevo sobre, formação de professores e ação pedagógica e o auxílio da tecnologia na educação especial.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Este artigo monográfico se deu a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva e foi implementada por meio de entrevista semi-estruturada¹ que ocorreu para se obter informações importantes acerca do tema pesquisado, que abarcou a escola, funcionários e pais.

Para desenvolver o trabalho houve um levantamento feito para descobrir as salas que continham aluno com deficiência. O objetivo da mesma foi o de verificar como é o processo educacional de aluno com deficiência na escola regular.

Toda a pesquisa realizada teve como base as referências para a perspectiva inclusiva, os participantes se manifestaram com empenho e considerando a importância e preocupação com os alunos que são incluídos no sistema regular de ensino da escola.

2.1 - SUJEITOS DA PESQUISA

Como sujeitos² de pesquisa foram envolvidos: a diretora JAM formada em Pedagogia, e dois professores que colaboram com a pesquisa, identificados como, o RBC, 33 anos de idade, com formação acadêmica curso Normal Superior e 6 anos de trabalho no magistério. Sua turma é composta de 26 alunos, sendo 3 com déficit intelectual. A professora AMC, possui 44 anos de idade, com formação acadêmica e 12 anos de atividades com a educação, sua turma é composta de 24 alunos e 2 alunos com deficiência (um aluno com deficiência física e outro surdo³). E duas mães de alunos com deficiência que freqüentam a escola. JAS de 28 anos, enfermeira e estudante de Ciências Biológicas e ZCF, 42 anos professora e formada em Pedagogia.

¹ As entrevistas estão dispostas nos anexos deste artigo como anexo A e anexo B.

² Os sujeitos da pesquisa foram identificados usando as iniciais do nome.

³ O aluno surdo possui boa parte da audição comprometida, mas, o uso de aparelho permite a comunicação.

2.2 - A escola

A escola pesquisada faz parte da rede Municipal de ensino do município de Divinolândia de Minas. A escola foi municipalizada em 1998, pelo Prefeito José Longuinhos de Figueiredo, atualmente é a escola com maior número de educandos da rede municipal.

Funciona com 20 professores, um coordenador pedagógico, 01 diretor, 06 auxiliares de educação básica e 550 alunos. É um prédio com 9 salas, diretoria, secretaria, cantina e refeitório, biblioteca um grande jardim e um bom espaço para recreação. A escola possui escadas e degraus nas portas, e não possui acesso aos cadeirantes, mas tem o projeto para esta reforma, mesmo que sem data prevista para a reforma.

A escola possui dez alunos com deficiência, que estão distribuídos em cada ano conforme as orientações e competências de cada ciclo. Observa-se que estes alunos, estão bem adaptados a cada turma, os colegas se preocupam com o bem estar dos mesmos. A escola tem poucos recursos que auxiliam o processo de inclusão, mas os alunos demonstram desenvolver suas capacidades com satisfação e prazer em freqüentar a mesma.

2.3 - O instrumento de pesquisa

No sentido de coletar os dados foi utilizada a entrevista (em anexo) que visa analisar se no contexto educacional dito como inclusivo, os alunos têm suas especificidades atendidas. Buscou também conhecer como os professores percebem as necessidades e especificidades da ação pedagógica a partir de uma proposta de escola inclusiva.

3. REFERENCIAL TEORICO

3.1 - Educação Especial: diferença humana

Ao falar de educação especial lembra-se de um sistema educacional paralelo ao sistema de ensino regular e que funcionava apenas junto às escolas especiais e classes especiais. Assim, as atividades da educação especial foram desenvolvidas o que provocava um descompasso na educação destas crianças, não as permitindo que tivessem um contato amplo com as demais pessoas da sociedade.

Esta concepção foi superada com a lei nº9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) quando ela diz que a educação especial é: “A modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Portanto, atualmente a educação especial ocorre nas escolas comuns permeando todas as etapas e modalidades da educação básica e também na educação de jovens e adultos, na educação profissional e na educação superior. Com isso passamos a utilizar o termo “educação inclusiva” um processo educacional que visa inserir alunos com deficiência nas escolas comuns.

3.2 - Marcos históricos da educação especial

Historicamente as características da escola se baseavam em práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A escolarização era um privilégio de um grupo. Com o processo de democratização da escola encontra-se o paradoxo da inclusão/exclusão no sistema de ensino que exclui aqueles indivíduos que estão fora dos padrões homogeneizadores da escola. Este modelo de exclusão tem características comuns nos processos de segregação e integração, que favorece o fracasso escolar quando se supõe a seleção. Com a visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania que valoriza e reconhece as diferenças e participação dos sujeitos normatizando o modelo tradicional de educação escolar, a educação especial se organizou primeiramente com o atendimento especializado substitutivo ao ensino comum, com diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais

e classes especiais. Esta organização utilizava-se basicamente de atendimentos clínico-terapêuticos, em testes psicométricos que determinavam por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições:

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX em 1926 é fundada o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan./jun.2008,p.10).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7 4.024/61 passa a dar o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Já a Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, que:

Ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atras considerável quanto á idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes especiais. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan./jun.2008, p.10).

Em 1973, cria-se no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, se ocupando pela educação especial no Brasil, que promove o sistema integracionista, com ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotadas. Ao se tratar dos alunos superdotados, o seu acesso ao ensino regular, era aceito, mas era organizado um atendimento especializado que correspondesse as singularidades de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como objetivo principal, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E no artigo 206,

inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, em seu artigo 55, determina que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Assim, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a ⁴Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais". (p.19).

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

De acordo com processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Assim, a legislação estabelece a educação especial como modalidade de educação escolar e que as escolas se preparem para receberem os alunos, estes tendo opções de frequentar uma escola regular ou uma instituição especializada, conforme sua opção.

No Plano Nacional de Educação - PNE, temos a seguinte Lei de nº 10.172/2001, que destaca:

⁴ Documento que define os objetivos da educação inclusiva é utilizado como referencial na educação inclusiva.

Que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. Estabelecendo objetivos e metas favoráveis ao atendimento especial percebe um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11).

A educação inclusiva propõe a educação para todos. Desenvolvendo abordagens que auxiliem e busquem atender todas as crianças, e a preparação de profissionais para que sejam atendidas com qualidade.

Em 1999, a Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma:

Que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Com esse decreto a educação passa a ser mais cobrada, exigindo uma reinterpretação da educação especial, dando condições para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização dos alunos especiais. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11)

Complementando a afirmação acima, a Resolução CNE/CP nº1/2002, estabelece:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11)

É preciso assim que o profissional da educação modernize, busque novos meios que o auxiliem em suas práticas pedagógicas. A educação inclusiva requer um ensino de qualidade para todos os alunos e que a escola também se modernize, tornando um espaço educacional que atenda com eficiência a todas as diversidades.

Diante os desafios dos profissionais da educação a se prepararem para atuarem de forma adequada destaca a importância da língua de sinais, sendo criada para a comunicação entre as comunidades surdas. O reconhecimento de Língua Brasileira de Sinais é feito pela Lei nº 10.436/02 e através dela esclarece que:

A da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. O Sistema em Braille é aprovado pela Portaria nº 2.678/02 estabelecendo normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão nas

modalidades de ensino. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11)

A inclusão no ensino regular se desenvolveu a cada movimento, o que se realmente destaca é a importância de se eliminar preceitos e dar possibilidades aos alunos portadores de necessidades especiais a melhor forma de desenvolver suas capacidades.

Em 2004, é divulgado pelo Ministério Público Federal o documento:

O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, transmitindo os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, estabelecendo concretamente o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11)

Com Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, estabelece que:

O Brasil passe a assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. No mesmo ano a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO fazem o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos direcionando ações até ao acesso e permanência na educação superior. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.12)

O Decreto nº 6.094/2007 serviu para a implementação do PDE, que estabelece as diretrizes do compromisso de todos pela educação, dando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Esses dispositivos sustentam um compromisso ético-político de todos, em diversas e diferentes esferas de poder. Percebe-se que são de fundamental importância e nos ajudam a certificarmos que temos uma organização que se for operacionalizada de forma correta e comprometida na realidade escolar fará toda a diferença. Vê-se que tais organizações contribuem satisfatoriamente com a educação Inclusiva e que as escolas necessitam de preparação para conduzir as potencialidades dos alunos.

3.3 - Considerações acerca da inclusão escolar

Existem hoje em todo mundo cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 25 milhões de brasileiros, 14,5 % da população, têm algum tipo de deficiência. São homens, mulheres, crianças e jovens que, em muitos casos, não têm assegurados seus direitos mais básicos: de ir e vir, de estudar, e ao lazer. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclusão_social. Acessado em: 14 de maio 2010).

De acordo com as políticas públicas educacionais deve-se levar em conta o princípio da igualdade de oportunidades o que pressupõe uma educação de qualidade para todos, independentemente da condição social, econômica ou das particularidades do alunado. A qualidade na educação não é questão de privilégio, e sim questão de justiça; portanto, todos têm direito à educação.

A partir desse direito, os referenciais para a elaboração da política pública para a educação especial definiram objetivos educacionais sem distinção, para todos os alunos tenham eles, deficiências ou não. Caracterizando assim uma política de justiça social que favoreça o acesso de conhecimento a todos. Deve, além disso, reafirmar que o espaço educacional mais adequado para a ampla maioria do alunado é a escola regular. Isso não significa a uniformização ou a homogeneização do currículo, pois há que se assumir e trabalhar a diferença dos alunos, considerando, conforme Bautista (1997, p.17):

- A atenção à diferença como elemento fundamental do projeto educativo;
- o processo de identificação e diagnóstico das necessidades educativas especiais que possam apresentar os alunos;
- a elaboração das adaptações curriculares individualizadas;
- a provisão de serviços educativos específicos, se forem necessários.

O parecer CNE/CEB n. 17/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aponta os seguintes princípios como norteadores da política pública para as pessoas com deficiência: “a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania”. A dignidade humana é preservada através do enfrentamento de qualquer tipo de discriminação.

A discriminação se expande através do preconceito. E o preconceito, por sua vez, é combatido por meio da informação.

A Declaração de Salamanca estabelece acesso e qualidade, propondo a educação a assumir caráter socializador e democrático, aberto à pluralidade. E para que as pessoas possam conviver com a diversidade deve-se possibilitar a construção de relações fundadas no respeito à diferença, à identidade e à singularidade de todos os sujeitos, promovendo assim, uma educação de qualidade.

A inclusão social passa pela inclusão escolar, ou melhor, é privilegiadamente constituída em seu espaço. O próprio documento referencial do Ministério Público para educação inclusiva: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004), admite que a maioria das escolas esteja distante desta perspectiva. As mudanças seguem parciais e ainda sob vias de atendimento segregado.

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte a escola, mas que a escola dê oportunidades de inserção ao educando.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

São considerados os alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.11)

Percebe-se que, com a nova legislação os alunos com deficiência são aqueles que possuem dificuldades acentuadas ou limitações. Estes são aqueles que são diferentes sim, que precisam de um currículo adaptado e aprende de forma diferente dos demais alunos, por isso a necessidade de durante o processo de ensino-aprendizagem suas necessidades devem ser consideradas, pois se trata da

identidade própria de cada aluno, é fundamental o conhecimento de tais deficiências para que o professor aja valorizando e reconhecendo suas diferenças e potencialidades de seus alunos, como base para constituir e ampliar os valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências, favorecendo o aprendizagem.

O movimento para a inclusão passou por marcos importantes, percebe-se o avanço em suas conquistas, podendo ser considerado um fato que está em evolução permanente. A compreensão e a luta pela diferença, são idealizações que proporcionam o estabelecido pelos princípios de justiça e igualdade que é incluir todos os alunos sem excluir nenhuma diferença ou dificuldades. Isto também significa que cabe aos governantes que invistam em recursos que mantenham as escolas equipadas e exija competência profissional adequada, mobilizando um total comprometimento de todos.

3.4 - A formação dos professores e a ação pedagógica

A formação de professores encontra-se, hoje, em profundas mudanças tanto do ponto de vista de conceitos e valores como de práticas. Percebe-se a insegurança dos professores o que gera medo as mudanças e as dificuldades em atender a diversidade da sociedade atual. A este fato, não é estranho que as competências que se esperam que o professor domine se revelem cada vez mais complexas e diversificadas. Espera-se que o professor seja competente num largo espectro de domínios que vão desde o conhecimento científico do que ensina à sua aplicação pedagógica, bem como em metodologias de ensino, de animação de grupos, atenção à diversidade, etc. O professor além do domínio simples da aquisição de mais conhecimentos deve ser capaz de responder aos numerosos desafios que enfrenta a sociedade atual, saber lidar com as variadas situações depende não só de uma boa formação acadêmica, mas uma postura de quem sempre está aprendendo.

A profissão de professor envolve um grande número de decisões, uma prática reflexiva no cotidiano de sua profissão que garanta os direitos de todos a uma educação de qualidade. Por isso, sua formação deve estar associada a uma prática reflexiva. O professor tem apresentado diante a inclusão dificuldades no trabalho pedagógico, por isso é importante que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (REVISTA INCLUSÃO, Brasília, jan/jun.2008 p.17)

Com a globalização do tempo moderno o conhecimento passa a ser informação indispensável e que está disponível no rádio, televisão, internet, bases de dados etc. São representações da realidade e que, por isso mesmo, necessitam ser assimiladas, interpretadas, re-interpretadas, contextualizadas, assim o domínio das novas tecnologias auxiliam em seu trabalho podendo ser utilizado não somente em sua formação, mas também na aprendizagem de seus alunos.

O papel do professor mudou, pois de um transmissor de informação ele passou a ser um facilitador do processo de aquisição de conhecimento. Este procedimento implica que para que a informação se transforme em conhecimento precisa ser contextualizada, refletida e, muitas vezes, completada. Esta é uma nova competência do professor e da escola ou seja, responsabilidade de estar promovendo uma educação para todos conforme estabelece a educação inclusiva:

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade [...] dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva. (UNESCO, 1994, p.61)

Muitos professores vêm o trabalho na educação inclusiva como a transferência de responsabilidade, fazendo imposições a diversidade, na verdade é esperado que na turma os alunos tenham o mesmo ritmo de desenvolvimento, e alunos com deficiência apresentam ritmos diferentes de aprendizagem. Enfrentar as diferenças existentes em cada turma e converter em aprendizagem é uma tarefa que

o professor deve desenvolver. É fundamental a capacitação do professor só assim é feito a mudança na qualidade de ensino no contexto educacional inclusivo deixando de lado a antiga opinião: “eles não aprendem”.

Perrenoud (2000) estabelece uma reflexão sobre as competências necessárias para o profissional da educação, são dez:

- Organizar e dirigir situações de aprendizagem.
- Administrar a progressão das aprendizagens.
- Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
- Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho.
- Trabalhar em equipe.
- Participar da administração da escola.
- Informar e envolver os pais.
- Utilizar novas tecnologias.
- Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão.
- Administrar a sua própria formação contínua.

Percebe-se que diante um espaço coletivo, faz-se necessária uma prática coletiva, onde haja o envolvimento com responsabilidade da função do educador.

Em uma das entrevistas a professora AMC, *afirma que as opções de ensino na escola são reduzidas, mas também relata que procura sempre fazer com que suas atitudes diante de seus alunos sejam as mais respeitadas, pois lida com a diversidade a qual procura atender as expectativas dos mesmos.*

Embora os desafios sejam muitos, observei que os professores questionam muito as ações que realizam, e que procuram evitar que seus alunos sejam discriminados, rotulados, evitando manifestações comprometedoras que possam ter efeito ao longo da vida de cada um deles. Importante destacar que foi observado na sala de aula deste professor que as deficiências intelectuais apresentados nas turmas são muito sutis, dando ao professor maior segurança em sua ação pedagógica.

Para os professores a avaliação sempre é uma questão muito discutida, pois, sentem mais dificuldades, em particular quando procuram uma sistematização destas avaliações para passar às fases seguintes, modelos tradicionais enraizados tornando às vezes a avaliação um “bicho de sete cabeças”. A avaliação pedagógica como uma prática inclusiva deve envolver um trabalho de orientação pedagógica. É essencial desenvolver modelos de avaliação educacional que permitam, numa lógica ligada ao processo educativo, encontrar indicadores que consintam a avaliação de fatores que influenciam a aprendizagem.

A avaliação é parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem, envolvendo não só o produto ou os resultados das tarefas realizadas pelos alunos, mas também o processo, o caminho percorrido por eles. Analisando os critérios de avaliação temos como fundamental o conhecimento prévio de cada aluno, isso é muito importante, as idéias já adquiridas com as novas passadas no campo educacional são de grande importância, assim o aluno deve ser avaliado nas suas hipóteses e nos seus domínios já adquiridos relacionando-os com as mudanças que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Philippe Perrenoud (1999), a avaliação não tem o mesmo peso nos julgamentos de êxito e fracasso e admitir em geral, que o êxito se fundamenta em uma avaliação que mede aproximadamente o domínio da cultura escolar. Contudo, não há critérios que sejam totalmente eficazes, sendo que, depende muito do educador, a avaliação é fundamental e o professor precisa estar atento a tudo o que acontece no processo de aprendizagem e de construção do conhecimento, é necessário que ela seja feita durante esse processo e não num determinado momento.

Por isso, a importância da avaliação formativa com ajuste da realidade e organização do ensino em etapas e a avaliação individual deve ser feita com registros diários, auto-avaliação e com fichas de acompanhamento possibilitando um acompanhamento que contribui para o desenvolvimento da aprendizagem.

Diante o processo de avaliação os alunos pesquisados, possuem seu desenvolvimento registrado informalmente nos momentos de realização de atividades. A prática realizada em pequenos grupos de alunos evita o isolamento do aluno. Desta forma, acredito que o processo de avaliação da rede escolar da escola

pesquisada se adéqua ao processo de ensino inclusivo, pois não prioriza a nota, a avaliação somativa.

A interação dos pais com a escola é boa, sendo um dos pesquisados bem preocupado em estar apoiando e ajudando mais, os pais sentem-se, conforme a pesquisa realizada, tranquilos diante o ensino aprendizagem dos seus filhos, vêm avanços conquistados, mas ainda estão certos de que poderia ser melhor se escola contasse com materiais necessários para seus filhos serem trabalhos. Um dos fatos comentados pela mãe JAB é que:

“Sinto a preocupação com que a escola se dedica ao meu filho, sempre ouço as justificativas diante as dificuldades, mas sempre estamos juntos resolvendo os problemas comuns”.

A escola ainda utiliza-se de arranjos para atender os alunos que recebe, faltam-lhes recursos que possam atender com mais segurança, entretanto os profissionais não se detêm diante destas questões. A direção da escola e demais funcionários admitem a necessidades de investimentos nesta área educacional, pois sabem que uma preparação é que possibilita o atendimento com eficácia, mas procuram meios e que fazem sua parte diante da proposta inclusiva, e das possibilidades da escola. Durante a pesquisa a diretora e professores quando questionados sobre a inclusão tiveram argumentos a favor:

”Acredito que aqui na escola eles têm uma boa convivência, vivem com outras crianças e se sentem felizes, fazemos o possível para que eles possam viver uma vida normal”. (JAM-diretora).

“Acho importante que a inclusão aconteça na escola, só de lembrar que antigamente estas crianças ficavam isoladas sem contato com outras crianças me dá muita tristeza, pois aqui, mesmo que seja com as dificuldades, elas se desenvolvem”. (RBC-professor).

“Se realmente existem as leis e o desejo de uma sociedade justa e igualitária temos o dever de contribuir para isto, a inclusão dá oportunidade aos alunos com deficiência de usar seus direitos para a sua formação de cidadania”. (AMC-professora).

Portanto, não nos faltam leis e referenciais que passam informações e bases suficientes para que os alunos com deficiência possam freqüentar a escola regular com possibilidades reais de desenvolvimento de suas capacidades. É tarefa difícil sim, preparar a escola para a inclusão, assumindo o compromisso de todos para com todos. A escola aos poucos constrói condições físicas, materiais e didáticos adaptando-se para o ensino efetivo com qualidade e os profissionais preparados. Porém, pode-se constatar que a inclusão é algo que vem chegando às escolas aos poucos, e cada vez mais, a escola é responsabilizada pelo sucesso educacional de seus alunos, pois a inclusão nada mais é do que uma escola acessível a todos. O aluno não é mais responsabilizado totalmente pelo seu fracasso, como víamos antes nas escolas tradicionais.

Atualmente são atribuídos vários fatores responsáveis pelo fracasso escolar, sendo a escola e o professor também responsabilizados. Por isso, soluções são sempre buscadas porque a qualidade de ensino de uma escola é sempre avaliada dentro em uma sociedade, onde profissionais bem preparados são capazes de promover um ensino com eficiência. Cada escola tem a obrigação de estar apta a lidar com as diversidades e dá conta de educar qualquer aluno, mesmo sendo ainda poucos os freqüentadores que são portadores de necessidades especiais. O trabalho pedagógico do professor que fica prejudicado pelas condições precárias e sem orientações específicas para um melhor trabalho, deve ser prioridade para que aja a inclusão. Assim, a busca pela formação contínua e valorização do profissional da educação é fator de extrema importância, pois desta forma estará ofertando condições de trabalho apropriadas, eliminando equívocos e garantindo o desenvolvimento das capacidades.

3.5 - O auxílio da tecnologia na educação especial

O uso de tecnologia na educação especial é um bom meio de facilitar a inclusão e desenvolvimento de maneira significativa na aprendizagem. Sabemos que na educação especial a falta de recursos e soluções que auxiliem na superação das dificuldades funcionais no ambiente escolar e fora dele é escassa. No século XXI, temos a modernidade que nos favorece com recursos altamente tecnológicos ou

modernos, embora às vezes não disponível a todos por serem considerados caros e ainda não fazerem parte das escolas públicas.

O termo tecnologia em um amplo sentido designa tudo àquilo que o ser humano cria e produz em escala para expandir suas capacidades, tornar seu trabalho mais fácil e fazer a sua vida mais agradável. **Tecnologia** (do latina **τεχνη** — "ofício" e **λογία** — "estudo") é um termo que envolve o conhecimento técnico e científico e as ferramentas, processos e materiais criados e/ou utilizados a partir de tal conhecimento. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia>. Acessado em: 24 de junho 2010).

As tecnologias na educação é uma boa ferramenta para auxiliar os alunos com alguma deficiência a terem mais conhecimentos e informações. As diversas modalidades de tecnologia incluem recursos de comunicação, acessibilidade ao computador, adequação postural, órteses e próteses, incluindo também equipamentos de informática e a produção de softwares⁵, entre outros recursos tecnológicos que prestam serviços levando informações e conhecimentos.

As novas tecnologias não são a panaceia para os problemas da educação, mas são uma importante ferramenta para o desenvolvimento da criatividade, para propostas de atividades colaborativas que visem à solução de problemas, para a troca de conhecimentos e informações, entre tantas outras possibilidades. (CASARIN, 2009, p.44).

A escola e os profissionais da educação devem sempre estar buscando recursos para que tais sejam disponibilizados para os alunos, visto que é necessário para o sucesso de alunos com deficiência, pois a superação das dificuldades podem ser resolvidas por tais meios. A senhora JAM, diretora da escola pesquisada durante a pesquisa reforçou a idéia quanto a importância da tecnologia na educação especial, e na pergunta sobre se a escola possui materiais (tecnologias assistivas) adequados para o atendimento pedagógico às crianças com deficiência, ela respondeu que: *"Desde que iniciou seu trabalho como diretora da escola sempre cobrou providências das autoridades municipais quanto o material para estar trabalhando com as crianças com necessidades especiais e que a escola não dispõe de tais recursos, e que estes já foram solicitados e que se pretende estar fazendo uma sala com todo material necessário para o próximo ano, uma sala multifuncional.*

⁵ Os softwares brasileiros – *DOSVOX* e *Virtual Vison* – projetados para usuários cegos são comercializados ou distribuídos gratuitamente, por meio de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas.

E como educadora utiliza-se da internet da escola para estar retirando atividades em sites que ajudam no trabalho com estas crianças”.

Assim, percebe-se que o uso das tecnologias na educação especial deve ser compreendida como meio de resolução de problemas importante para a construção de conhecimentos, troca de informações, desenvolvimento da criatividade, motivação que permite avanços das potencialidades de cada aluno, melhorando as expectativas de aprendizado e qualidade de vida. Com isso, nota-se também, a importância das escolas serem bem equipadas com meios tecnológicos que auxiliem o processo educacional, e que profissionais da educação estejam preparados para utilizarem estes recursos como um apoio em função da aprendizagem. Os professores contidos na pesquisa relatam que não terem domínio dos recursos tecnológicos e que atualmente estão buscando ter tal formação para ajudar no trabalho com os alunos. Assim, chega-se ao problema enfrentado por muitos dos profissionais da educação, não são capacitados para esta realidade moderna, por isso a capacitação e motivação quanto à utilização destes meios é necessária para a melhoria da prática pedagógica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva está bem amparada pela lei decreto nº6.571 de 17 de setembro de 2008 e o documento elaborado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documentos que auxiliam para o atendimento da educação especial. Nesse sentido observo que há um avanço perante as questões que cabem ao processo de ensino inclusivo e este é adequado ao sistema que visa uma educação de qualidade, com aprendizagem significativa que busca garantir a escolarização adequada aos alunos, inclusive àqueles com deficiência.

O que se pode perceber é que muitas pessoas estão fazendo a sua parte, e que as políticas públicas têm nestes documentos toda a história e pressupostos que asseguram a educação especial, possibilitando a reflexão sobre o compromisso de efetivar todas estas leis com comprometimento quanto ao processo de inclusão. Sabe-se que tal trabalho depende de um esforço coletivo, autonomia pedagógica, administrativa e financeira à escola. Nesse sentido a responsabilidade do governo que é estabelecer valorização do profissional as educação e manutenções de equipamentos necessários à aprendizagem qualitativa dos alunos.

Todos os direcionamentos perante a educação especial e ações que incluem desde a organização, orientação e recursos atribuídos, são visivelmente para combater atitudes discriminatórias. Vê-se a necessidade de que se legitime a educação inclusiva, de que seja efetivada a transformação da escola em um espaço democrático e competente para que sejam trabalhadas todas as especificidades dos alunos, promovendo sua interação com o grupo, fazendo-los aprender e compreender, dentro de sua diversidade.

Diante deste estudo verifico a importância de lutar pela inclusão. Cada vez mais a sociedade está percebendo que as deficiências devem ser aceitas como algo comum, acreditar na inclusão é contribuir para uma transformação social. Infelizmente a lei que faz cumprir muita coisa, muitas pessoas ainda praticam o ato de exclusão, deixando as leis somente no papel. Nós educadores, temos que unir a sociedade e fazer nossa parte nesta caminhada, a nossa atuação deve buscar mais atitudes para derrubar esta barreira entre real e irreal. Cobrar o que realmente está sendo assegurado nestes documentos como grandes investimentos em recursos

para as pessoas com necessidades especiais na sociedade e nas instituições de ensino, como também uma efetiva aprendizagem nas escolas regulares.

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular implica uma nova visão de escola, normatizando meios desde o projeto político da escola, metodologias, avaliação, atendimento especializado, capacitação profissional, ações que a escola deve realizar para receber o aluno.

Na escola pesquisada, percebe-se que o professor consegue realizar esta interação, dando condições para diversidade contribuir para o ensino-aprendizagem. Os alunos pesquisados em cada sala e com deficiência tem suas particularidades desenvolvidas na proporção em que o professor promove com êxito suas aulas. Cada aluno, independente de possuir ou estar transitoriamente com alguma necessidade educacional especial tem seu ritmo próprio de aprendizagem, e as professoras pesquisadas estão cientes do fato, acreditando e colaborando para estimular a aprendizagem do aluno. Aprender a como ensinar, em um local que contém diferentes diversidades nos dias de hoje é tarefa muito complexa que requer atenção fundamental.

Nos depoimentos obtidos na pesquisa, confrontados com a realidade da inclusão no espaço educacional, não há como negar esforços e avanços na inclusão, os alunos investigados tem suas capacidades em partes desenvolvidas, pois não são totalmente utilizados os recursos eficazes que facilitem a evolução de suas capacidades. Existe um desequilíbrio entre a teoria e pratica, o teórico é eficaz, mas as praticas dentro da escola ainda será preciso validar. Por isso, é de fundamental importância uma capacitação de profissionais na educação inclusiva, aprimorar o sistema educacional com objetivo de incluir todos, uma ação que requer propostos e investimentos que “**todos**” devem participar, mas começando pela prática pedagógica é um bom caminho para o êxito.

6. REFERÊNCIAS

BAUTISTA, R. (org.). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 1994a.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf> Acessado em: 01 maio 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, MEC, SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Janeiro, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. *Lei Nº. 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. *Decreto Nº 5.296* de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Disponível em: ftp://ftp.fn-de.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. Educação Especial**. Rio de Janeiro, Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. MEC, SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CASSARIN, M. **Especialização educação especial déficit cognitivo educação de surdos**. - Santa Maria: UFSM, CE, Curso de Especialização à Distância em Educação Especial, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens _ entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Inclusão**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v.4, n.1, p.7-17, jan.2008.

UNESCO. **Declaração Salamanca**. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2010.

Sites relacionados

http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclusão_social. Acessado em: 14 maio 2010.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia>. Acessado em: 24 de junho 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Necessidades_educativas_especiais. Acessado em: 18 maio 2010.

<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>. Acessado em: 14 maio 2010.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9050.
Acessado em: 14 maio 2010.

ANEXOS

Anexo A

ENTREVISTA COM A PROFESSORA

Nome (iniciais) do professor: _____

Formação do professor: _____

Tempo que leciona: _____

Como você vê a inclusão dos alunos com deficiência na sua escola?

O que deveria ser realizado para melhorar o recebimento do aluno com deficiência na sua escola?

A escola possui materiais (tecnologias assistivas) adequados para o atendimento pedagógico às crianças com deficiência?

Como você se sente quanto a sua formação/capacitação para assistir a(s) criança(s) com deficiência? Caso você não tenha formação, você sente necessidade de cursos de capacitação nesta área?

Você é a favor do recebimento de alunos com deficiência na escola regular? Por quê?

Anexo B**ENTREVISTA COM A DIRETORA**

Nome (iniciais) da diretora: _____

Formação: _____

Como você vê a inclusão dos alunos com deficiência na escola?

O que deveria ser realizado para melhorar o recebimento do aluno com deficiência na sua escola?

A escola possui materiais adequados para o atendimento pedagógico às crianças com deficiência?

A escola tem algum projeto que vise melhorar o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

Você é a favor do recebimento de alunos com deficiência na escola regular? Por quê?

Anexo C**ENTREVISTA PARA PAIS**

Nome (iniciais) dos pais ou responsável: _____

Idade: _____ Sexo: F () M ()

Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo

() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo

() Curso Técnico

Há quanto tempo seu filho frequenta esta escola?

() menos de seis meses () sete a 12 meses

() 1 ano a 2 anos () mais de 2 anos

Qual a contribuição da escola na vida de seu filho?

Você considera que a escola é adequada para receber seu filho?

Os professores estão capacitados para atendê-lo?

Seu filho sofre algum tipo de preconceito?

Como você desejaria que fosse o ambiente escolar de seu filho?

Como é a sua relação com os funcionários da escola?